ISSN: 2358-8829

PEDAGOGIA DO CERCAMENTO: AGRONEGÓCIO, CURRÍCULO E PRODUÇÃO DA PSEUDOCONCRETICIDADE

Cledson Oliveira dos Santos [1]

INTRODUÇÃO

Certamente que educação pública brasileira constitui historicamente um terreno de disputas entre projetos de sociedade, atravessado por relações de força e interesses de classe que ultrapassam os limites da instituição escolar.

No entanto, essas disputas não se restringem à organização do ensino ou à seleção dos conteúdos, pois envolvem concepções de desenvolvimento, formação humana e interpretação da realidade. O currículo, nessa perspectiva, não representa uma reunião neutra de conhecimentos, mas expressa relações sociais historicamente constituídas, nas quais determinados saberes adquirem legitimidade enquanto outros são subordinados ou silenciados. Compreender sua produção exige, portanto, investigar quem participa de sua definição, quais interesses orientam essas escolhas e que concepções de mundo procuram adquirir direção na formação escolar (Mendonça, 2009).

É precisamente no interior dessa relação contraditória que no Brasil, a expansão do agronegócio não se limitou à modernização tecnológica e ao crescimento da produção agropecuária, mas esteve articulada à concentração fundiária, à reorganização das relações de trabalho e à constituição de entidades representativas do empresariado agrário e agroindustrial.

Desta forma, conforme Mendonça e Oliveira (2015) e Mendonça (2018) contribuem para compreender a organização política dessas frações dominantes, suas disputas internas e as estratégias de construção de identidades capazes de apresentar interesses particulares como expressão do desenvolvimento nacional. Trata-se de um processo histórico no qual a reprodução do capital envolve não apenas o controle das condições materiais de produção, mas também a elaboração de interpretações destinadas a legitimar determinadas relações sociais.

No entanto, essa organização política possui raízes anteriores à conjuntura contemporânea. Desde meados do século XX, diferentes segmentos empresariais

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA/UNEB) Universidade do Estado da Bahia - BA, cledsonoliveirasantos@gmail.com

ISSN: 2358-8829

articularam organizações, intelectuais e representantes políticos para disputar os rumos do Estado brasileiro. De fato, a constituição de entidades patronais, a formação de quadros dirigentes e a reorganização das representações partidárias evidenciam que os interesses do agronegócio não podem ser compreendidos exclusivamente pelas alianças eleitorais recentes.

Por sua vez, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), nesse contexto, constitui um espaço institucional relevante para investigar as relações entre representação parlamentar, organização de interesses empresariais e formulação de políticas públicas.

De fato, sua atuação exige examinar as funções políticas desempenhadas por determinados dirigentes, sem pressupor homogeneidade entre seus integrantes. Somado a isso, a contribuição de Gramsci permite aprofundar essa compreensão ao situar a hegemonia nas relações entre sociedade civil e sociedade política.

Ademais, a construção dessa hegemonia exercida pelas classes dominantes não se sustenta exclusivamente na coerção, mas envolve a organização do consenso, a atuação de intelectuais orgânicos e a difusão de concepções de mundo apresentadas como interesses gerais (Gramsci, 1975, Q6, § 88; Q12, § 1).

Assim, a escola constitui um espaço de disputa pela direção intelectual e moral, no qual diferentes forças procuram influenciar a produção e a legitimação dos conhecimentos. A atuação estatal, por sua vez, precisa ser examinada nas relações de força que atravessam suas instituições, evitando compreendê-la como instrumento passivo de determinada fração dominante.

Portanto, diante desse movimento que situamos a Associação De Olho no Material Escolar (DONME), cuja intervenção nos debates sobre livros didáticos e representações da atividade agropecuária suscita questionamentos sobre a participação de organizações empresariais na definição dos conhecimentos escolares.

À luz dessas determinações, aponta assim, para a necessidade de investigar em que medida suas iniciativas expressam estratégias historicamente desenvolvidas pelo empresariado agrário e como procuram conferir legitimidade a determinadas concepções de campo, natureza, trabalho e desenvolvimento.

Nesse sentido, a questão ultrapassa a correção de informações presentes nos materiais didáticos, alcançando as disputas sobre quais interpretações da realidade devem orientar a formação dos estudantes.

Entretanto, compreender essa intervenção exclusivamente pela hegemonia não explica como determinadas representações passam a ser percebidas como expressões naturais da realidade. Nesse ponto, a crítica da pseudoconcreticidade desenvolvida por Kosík (1976) oferece uma mediação fundamental. Para o autor, os fenômenos apresentam manifestações reais que podem ocultar as relações históricas e as contradições que os constituem.

Nesta direção, no currículo essa problemática emerge quando produtividade, inovação tecnológica e crescimento econômico são apresentados como explicações suficientes do desenvolvimento agrário, sem considerar as relações de propriedade, as condições de trabalho e os conflitos territoriais. Não se trata de negar essas manifestações, mas de questionar sua separação da totalidade social.

No entanto, é dessa articulação entre expropriação, hegemonia e pseudoconcreticidade que propomos a categoria pedagogia do cercamento. Sua formulação recupera os processos históricos de apropriação e concentração da terra, analisados por Marx (2013), considerando suas particularidades na formação agrária brasileira.

Contudo, não se pretende estabelecer equivalência imediata entre cercamentos territoriais e disputas curriculares, mas investigar as mediações pelas quais a dominação material se articula à delimitação dos conhecimentos legítimos, à produção de consensos e à formação de subjetividades. A pedagogia do cercamento constitui, assim, uma hipótese interpretativa sobre as formas pelas quais determinadas concepções de mundo procuram restringir a apreensão crítica das contradições sociais.

No entanto, essa problemática assume particular importância para a Educação do Campo, constituída historicamente pelas lutas dos trabalhadores e movimentos sociais pelo reconhecimento de seus territórios, conhecimentos e projetos educativos.

Diante disso, questionamos: como a intervenção de organizações vinculadas ao agronegócio na disputa curricular participa da produção da pseudoconcreticidade? O artigo objetiva analisar criticamente esse processo, tomando a DONME como referência e articulando Marx, Gramsci, Mendonça e Kosík. Fundamentado no materialismo histórico-dialético, desenvolve uma investigação teórico-documental sobre as relações entre agronegócio, Estado, currículo e reprodução das relações sociais.

DESENVOLVIMENTO

ISSN: 2358-8829

Compreender o que aqui denominamos pedagogia do cercamento exige retomar os processos históricos que constituíram a separação dos trabalhadores de suas condições materiais de existência. Em Marx (2013), especialmente na análise da chamada acumulação primitiva, os cercamentos aparecem associados à expropriação dos produtores diretos e à transformação das relações de propriedade, criando condições para a constituição do modo de produção capitalista.

Portanto, não se tratou apenas de estabelecer limites físicos sobre a terra, mas de modificar profundamente as relações sociais, restringindo formas coletivas de apropriação dos meios de subsistência e submetendo parcelas crescentes da população às exigências do trabalho assalariado. A cerca, nesse processo, expressava uma transformação mais profunda: a concentração das condições de produção e a separação dos trabalhadores dos meios necessários à reprodução da própria vida.

Por sua vez, no Brasil, esses processos assumiram particularidades históricas que não podem ser reduzidas à experiência europeia. A colonização, a escravização, a apropriação dos territórios indígenas, a concentração fundiária, a grilagem e os mecanismos jurídicos de regulamentação da propriedade participaram da formação de uma estrutura agrária profundamente desigual.

Nesse movimento contraditório, essas relações não desapareceram com a modernização da agricultura, mas foram reconfiguradas mediante novas formas de concentração econômica, controle territorial e subordinação do trabalho. Desse modo, compreender o agronegócio contemporâneo exige ultrapassar explicações centradas exclusivamente na produtividade e na inovação tecnológica, reconhecendo as relações históricas que sustentam sua organização econômica, política e cultural.

Entretanto, a reprodução dessas relações não depende apenas do domínio sobre a terra e os meios de produção. Exige também a elaboração de concepções de mundo capazes de conferir legitimidade à organização social existente. É nesse ponto que a contribuição de Gramsci permite ampliar a análise. Ao compreender a hegemonia como direção intelectual e moral, articulada às relações de força e à coerção, o autor demonstra que a manutenção do poder envolve a capacidade de organizar interesses, formar intelectuais e produzir consensos.

A dominação, portanto, não se realiza exclusivamente pela imposição, mas também pela construção de interpretações que apresentam determinadas relações sociais como necessárias, universais ou aparentemente naturais.

A organização política do empresariado agrário brasileiro precisa ser compreendida nesse movimento histórico.

Conforme discutem Mendonça e Oliveira (2015) e Mendonça (2018), a constituição de entidades representativas e a construção de identidades políticas integram os processos de organização dos interesses vinculados ao agronegócio. Essas organizações, embora atravessadas por divergências internas, participam das disputas pela direção política e cultural da sociedade.

Nesse processo, a formação de intelectuais orgânicos assume importância na elaboração de projetos coletivos, na articulação entre diferentes frações dominantes e na apresentação de interesses particulares como expressão das necessidades gerais do país. Trata-se de reconhecer que o empresariado agrário não constitui um bloco homogêneo, mas um conjunto de forças que procura construir unidade política em torno de determinadas concepções de desenvolvimento.

No âmbito dessas articulações políticas, essa organização ultrapassa os limites das entidades empresariais e alcança as instituições de representação política. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), constituída por representantes de diferentes partidos, oferece um campo relevante para investigar as articulações entre interesses econômicos, atuação parlamentar e formulação de políticas públicas. Na perspectiva gramsciana, determinados dirigentes políticos podem exercer funções de intelectuais orgânicos quando participam da elaboração, organização e difusão de projetos vinculados a grupos sociais específicos.

Entretanto, essa condição não decorre automaticamente da filiação partidária ou da participação em uma frente parlamentar, exigindo a análise das funções efetivamente desempenhadas nas relações de força. Essa compreensão permite examinar a continuidade histórica das formas de representação política do empresariado agrário, sem reduzir suas estratégias às configurações partidárias ou às disputas eleitorais contemporâneas.

À luz dessas relações de força, a compreensão dessas articulações exige reconhecer que o Estado não constitui um instrumento passivo de determinada classe. Em Gramsci, a relação entre sociedade política e sociedade civil permite compreender o Estado em sua dimensão ampliada, como expressão de relações de força nas quais diferentes grupos disputam a direção das instituições e das políticas públicas (Gramsci, 1975, Q6, § 88).

ISSN: 2358-8829

Nesse movimento, entidades empresariais, representantes parlamentares e intelectuais participam da construção de projetos que alcançam diferentes dimensões da vida social. A educação pública constitui uma dessas dimensões, especialmente porque o currículo envolve escolhas sobre os conhecimentos considerados legítimos e as concepções de sociedade que orientam a formação escolar (Mendonça, 2009; Cordeiro, 2022).

É nesse terreno que situamos a atuação da Associação De Olho no Material Escolar (DONME). Sua intervenção nos debates sobre livros didáticos e representações da atividade agropecuária suscita questionamentos sobre as estratégias pelas quais setores empresariais procuram disputar os sentidos atribuídos ao campo brasileiro. Interessa investigar quais conhecimentos recebem centralidade, quais interpretações são contestadas e como essas demandas se relacionam com as instituições educacionais.

Sob essa perspectiva, a disputa curricular portanto, não envolve apenas informações sobre a produção agropecuária, mas também concepções de propriedade, trabalho, natureza, desenvolvimento e relações sociais (Lamosa, 2016; Stauffer, 2019). Nesse processo, a escola pode tornar-se um espaço de legitimação de determinadas interpretações da realidade, especialmente quando conhecimentos historicamente produzidos pelos sujeitos do campo são secundarizados diante de representações centradas na racionalidade empresarial.

A luz dessas determinações, a contribuição de Kosík (1976) permite aprofundar essa problemática por meio da crítica da pseudoconcreticidade. Para o autor, os fenômenos apresentam manifestações reais que podem ocultar as relações históricas e as contradições que os constituem. No currículo, essa questão emerge quando produtividade, modernização tecnológica e crescimento econômico são apresentados como explicações suficientes da realidade agrária, sem considerar as relações de propriedade, os conflitos territoriais e as condições de trabalho.

Sob essa ótica, o problema não reside na apresentação desses elementos, mas em sua separação das determinações que constituem a totalidade social. Assim, a pseudoconcreticidade não corresponde simplesmente à circulação de informações falsas, mas à produção de uma compreensão fragmentada da realidade, na qual suas manifestações imediatas passam a ocupar o lugar das relações históricas que as explicam.

É justamente na articulação entre expropriação, hegemonia e pseudoconcreticidade que propomos compreender a pedagogia do cercamento. Sua formulação não estabelece

ISSN: 2358-8829

equivalência imediata entre os cercamentos históricos da terra e a organização curricular, mas procura investigar as mediações pelas quais a dominação material se relaciona à delimitação dos conhecimentos legítimos e à produção de consensos.

Nesse sentido, o cercamento curricular pode manifestar-se pela hierarquização dos saberes, pela deslegitimação das experiências territoriais e pela naturalização de determinadas concepções de desenvolvimento. O que se encontra em disputa não é apenas a presença ou ausência de conteúdos, mas a possibilidade de compreender as relações sociais para além de suas aparências imediatas.

Para a Educação do Campo, essa problemática assume particular importância, pois sua constituição histórica está vinculada às lutas dos trabalhadores e movimentos sociais pelo reconhecimento de seus territórios, conhecimentos e projetos educativos. A pedagogia do cercamento permite investigar em que medida determinadas representações empresariais do desenvolvimento rural restringem a presença dessas experiências no currículo, confrontando a perspectiva de uma formação vinculada às condições concretas de existência dos sujeitos do campo (Caldart, 2015 ; Fontes, 2021).

Trata-se, portanto, de compreender quais relações sociais sustentam a seleção dos conhecimentos e que projetos de sociedade disputam a direção da formação escolar. Nessa perspectiva, a crítica da pseudoconcreticidade não se limita à identificação dos conhecimentos silenciados, mas exige reconstruir as mediações históricas que permitem compreender o campo como uma totalidade contraditória, constituída por sujeitos, relações de produção, conflitos e projetos educativos em disputa.

CONSIDERAÇÕES FINAL

Compreendemos que a influência do agronegócio na educação brasileira, especialmente na Educação do Campo, não se restringe aos interesses particulares da Associação De Olho no Material Escolar (DONME). Trata-se de um processo mais amplo, que envolve a inserção de conteúdos nos materiais didáticos, o direcionamento da formação de professores e a circulação de discursos que apresentam a agroindústria como referência de desenvolvimento econômico e social.

Nesse movimento, as organizações empresariais ligadas ao agronegócio ultrapassam seus interesses econômicos imediatos e passam a disputar também a direção político-pedagógica da escola. Por meio de concepções de qualidade do ensino, competências e habilidades, procuram influenciar os conhecimentos considerados necessários à formação dos estudantes.

Assim, determinados interesses ideológicos associados à agroindústria passam a integrar o senso comum escolar, enquanto conhecimentos críticos, construídos pelos sujeitos do campo a partir de suas experiências históricas, culturais e territoriais, tendem a ser secundarizados.

Entretanto, esse processo não ocorre sem contradições, pois se desenvolve em meio às relações de força que atravessam as políticas educacionais. O que está em disputa, portanto, não são apenas os conteúdos escolares, mas os projetos de educação e de sociedade, bem como a participação efetiva dos sujeitos do campo na construção de uma educação comprometida com suas condições concretas de existência.

Palavras-chave: Pedagogia do cercamento. agronegócio. pseudoconcreticidade. hegemonia.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**. Porto Alegre, 2015.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. **A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo.** 2022. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

FONTES, Virgínia. As lutas de classes vistas pelo seu avesso: a subversão reacionária. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 57-80, 2021. DOI: https://doi.org/10.36311/2526-1843.2021.v6n8.p57-80. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/12812. Acesso em: 9 out. 2026.

GRAMSCI, Antonio. Quaderni del carcere. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. **A cura di Valentino Gerratana**. Torino: Einaudi, 1975. 4 v.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: **O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

KOSÍK, Karel. Dialética do concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas**. Curitiba: Appris, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e educação rural no Brasil: política pública e hegemonia norte-americana (1945-1961). **Revista História & Luta de Classes**, [S. l.], v. 7, p. 7-12, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). **História Econômica & História de Empresas**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2014.

DOI: https://doi.org/10.29182/hehe.v16i1.286. Disponível em: https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/286. Acesso em: 19 out. 2026.

MENDONÇA, Sonia Regina de; OLIVEIRA, P. C. F. ABAG: origens históricas e consolidação hegemônica. **Novos Cadernos NAEA**, [S. l.], v. 18, p. 169-184, 2015.

STAUFFER, Anakeila et al. (org.). Hegemonia burguesa na educação pública. Rio de Janeiro: **EPSJV**, 2018.